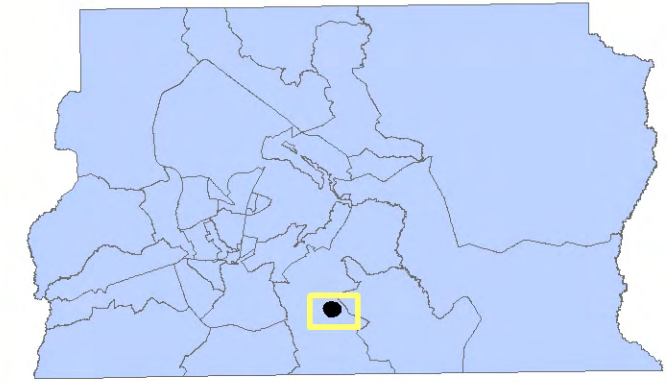


**Grau de Comprometimento
< 20% - Baixo**

Localização no Distrito Federal



**MAPA DE GRAU DE
COMPROMETIMENTO DA
VAZÃO OUTORGÁVEL PARA
DILUIÇÃO DE CARGA ORGÂNICA
NOS RIOS EM RELAÇÃO A META
FINAL DO ENQUADRAMENTO
- 2030 (2009-2017)**

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

Grau de Comprometimento

-  < 20% - Baixo
-  20% a 50% - Médio
-  50% a 70% - Alto
-  > 70% - Muito alto
-  Sem referência para vazão de diluição (classe 4)

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

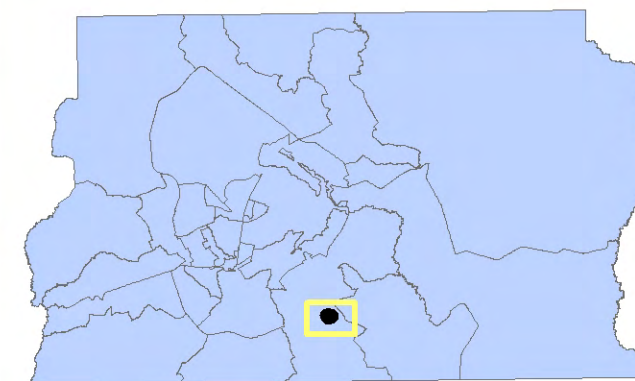
Mapa: 31/10/2022



Escala numérica:
1:5,000

**Grau de Comprometimento
Baixo**

Localização no Distrito Federal



**MAPA DE GRAU DE
COMPROMENTIMENTO DA
VAZÃO MÍNIMA REMANESCENTE,
MEDIDA NOS PONTOS DE CONTROLE
- 1º TRIMESTRE (2009-2016)**

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

Grau de Comprometimento

-  Baixo ($Q_{obs}^{**} > 70\% Q_{ref}^{*}$)
-  Médio ($45\% Q_{ref} < Q_{obs} < 70\% Q_{ref}$)
-  Alto ($20\% Q_{ref} < Q_{obs} < 45\% Q_{ref}$)
-  Comprometido ($Q_{obs} < 20\% Q_{ref}$)
-  Sem informação

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

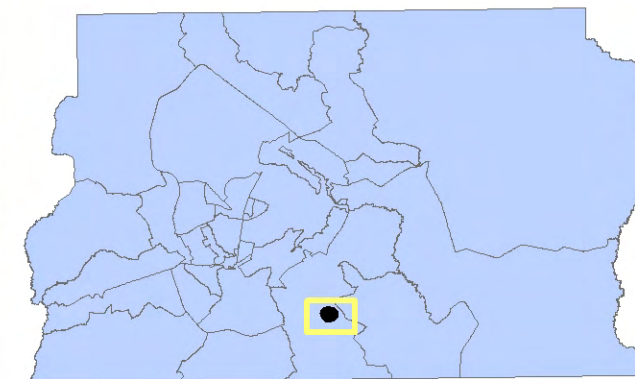
Mapa: 31/10/2022



Escala numérica:
1:5,000

Grau de Comprometimento
Baixo

Localização no Distrito Federal



**MAPA DE GRAU DE
COMPROMENTIMENTO DA
VAZÃO MÍNIMA REMANESCENTE,
MEDIDA NOS PONTOS DE CONTROLE
- 1º TRIMESTRE (2009-2016)**

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

Grau de Comprometimento

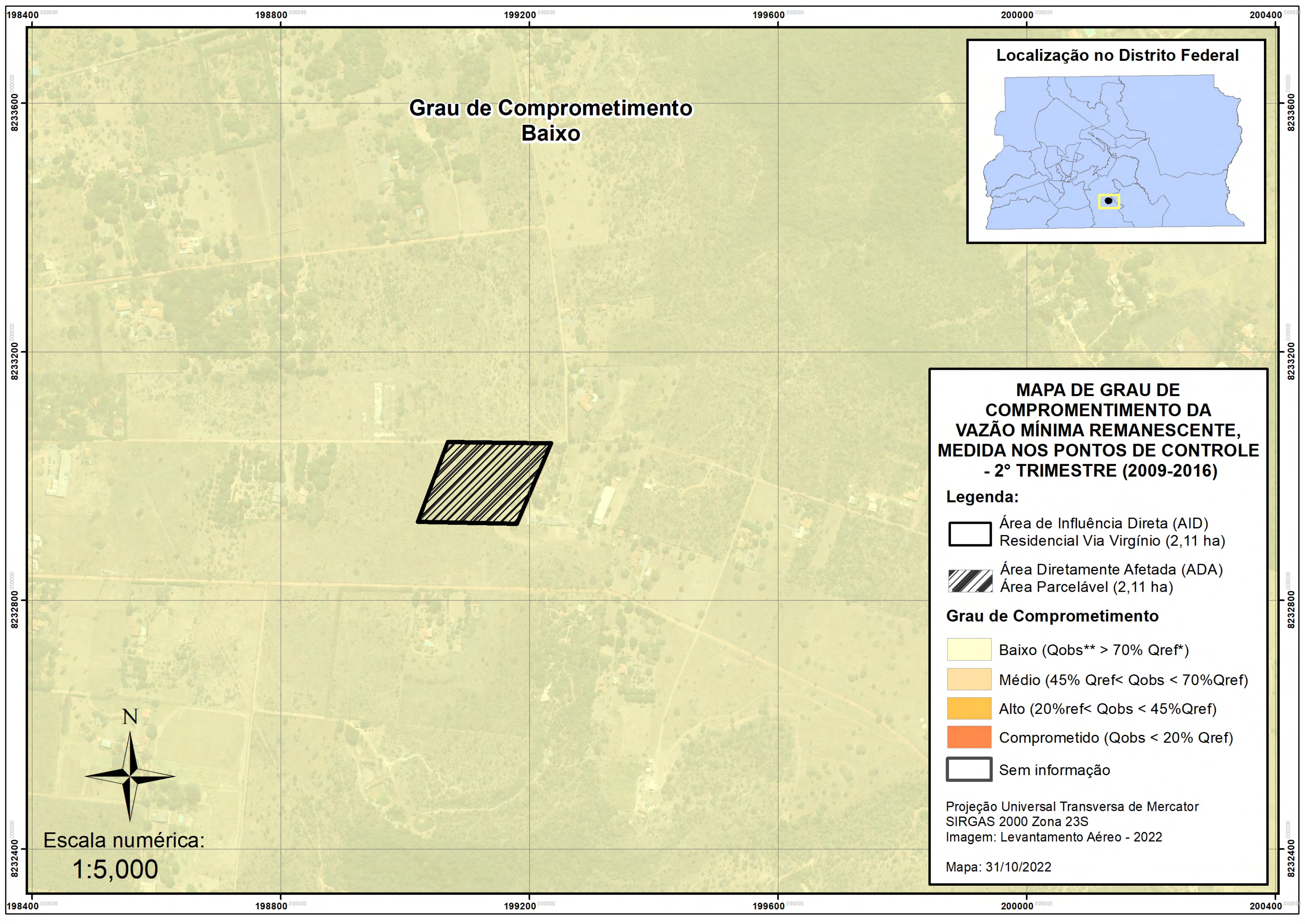
-  Baixo ($Q_{obs}^{**} > 70\% Q_{ref}^{*}$)
-  Médio ($45\% Q_{ref} < Q_{obs} < 70\% Q_{ref}$)
-  Alto ($20\% Q_{ref} < Q_{obs} < 45\% Q_{ref}$)
-  Comprometido ($Q_{obs} < 20\% Q_{ref}$)
-  Sem informação

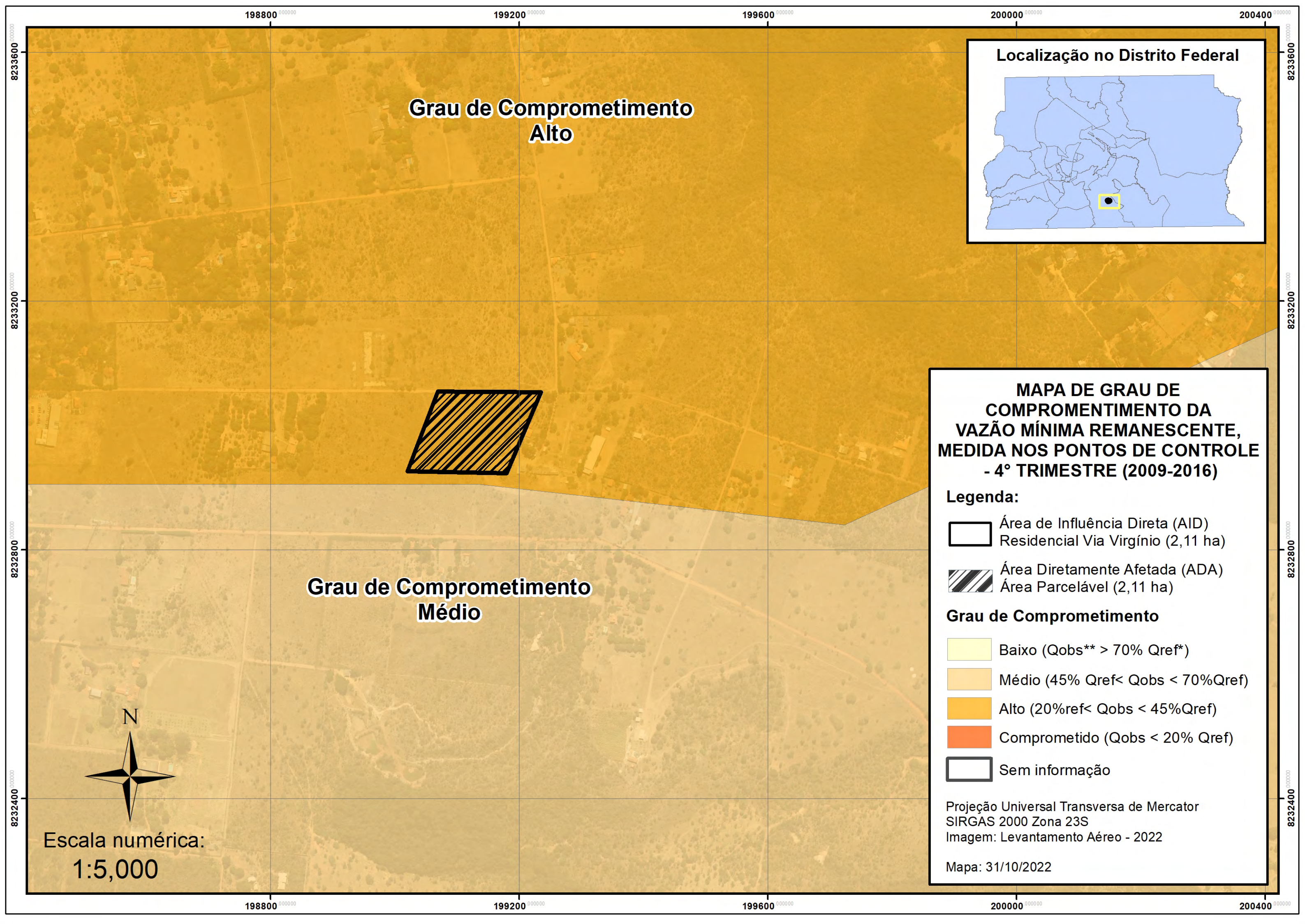
Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

Mapa: 31/10/2022



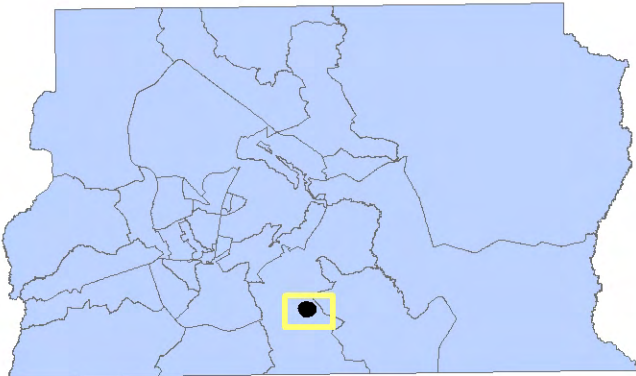
Escala numérica:
1:5,000





**Grau de Comprometimento
Alto**

Localização no Distrito Federal



**MAPA DE GRAU DE
COMPROMETIMENTO DA
VAZÃO MÍNIMA REMANESCENTE,
MEDIDA NOS PONTOS DE CONTROLE
- 4º TRIMESTRE (2009-2016)**

Legenda:

- Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
- Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

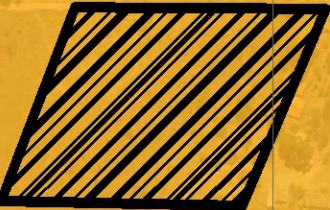
Grau de Comprometimento

- Baixo ($Q_{obs}^{**} > 70\% Q_{ref}^{*}$)
- Médio ($45\% Q_{ref} < Q_{obs} < 70\% Q_{ref}$)
- Alto ($20\% Q_{ref} < Q_{obs} < 45\% Q_{ref}$)
- Comprometido ($Q_{obs} < 20\% Q_{ref}$)
- Sem informação

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

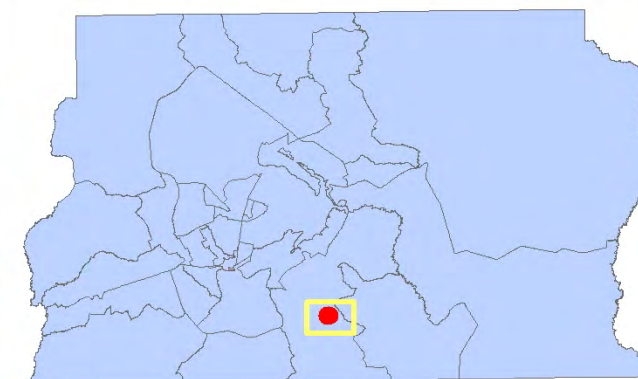
Mapa: 31/10/2022

**Grau de Comprometimento
Médio**



Escala numérica:
1:5,000

Localização no Distrito Federal

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO ENSAIO SPT
E RETIRADA DE AMOSTRAS DO SOLO

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)
-  Pontos de Sondagem a Trado (ST)
-  Localização Ensaio SPT

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

Mapa: 28/10/2022



Escala numérica:
1:800

197500 000000

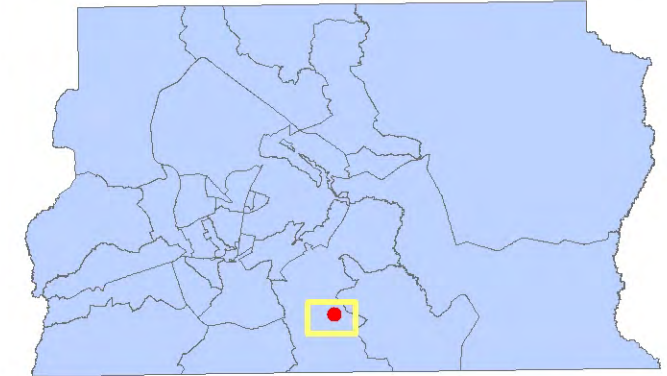
199000 000000

200500 000000

202000 000000

203500 000000

Localização no Distrito Federal



MAPA DE ÁREAS DE INFLUÊNCIA INDIRETA

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

Áreas de Influência Indireta (AII)

-  Meio Físico (133,71 ha)
-  Meio Biótico (1358,93 ha)

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

Mapa: 28/10/2022



Escala numérica:
1:18,000

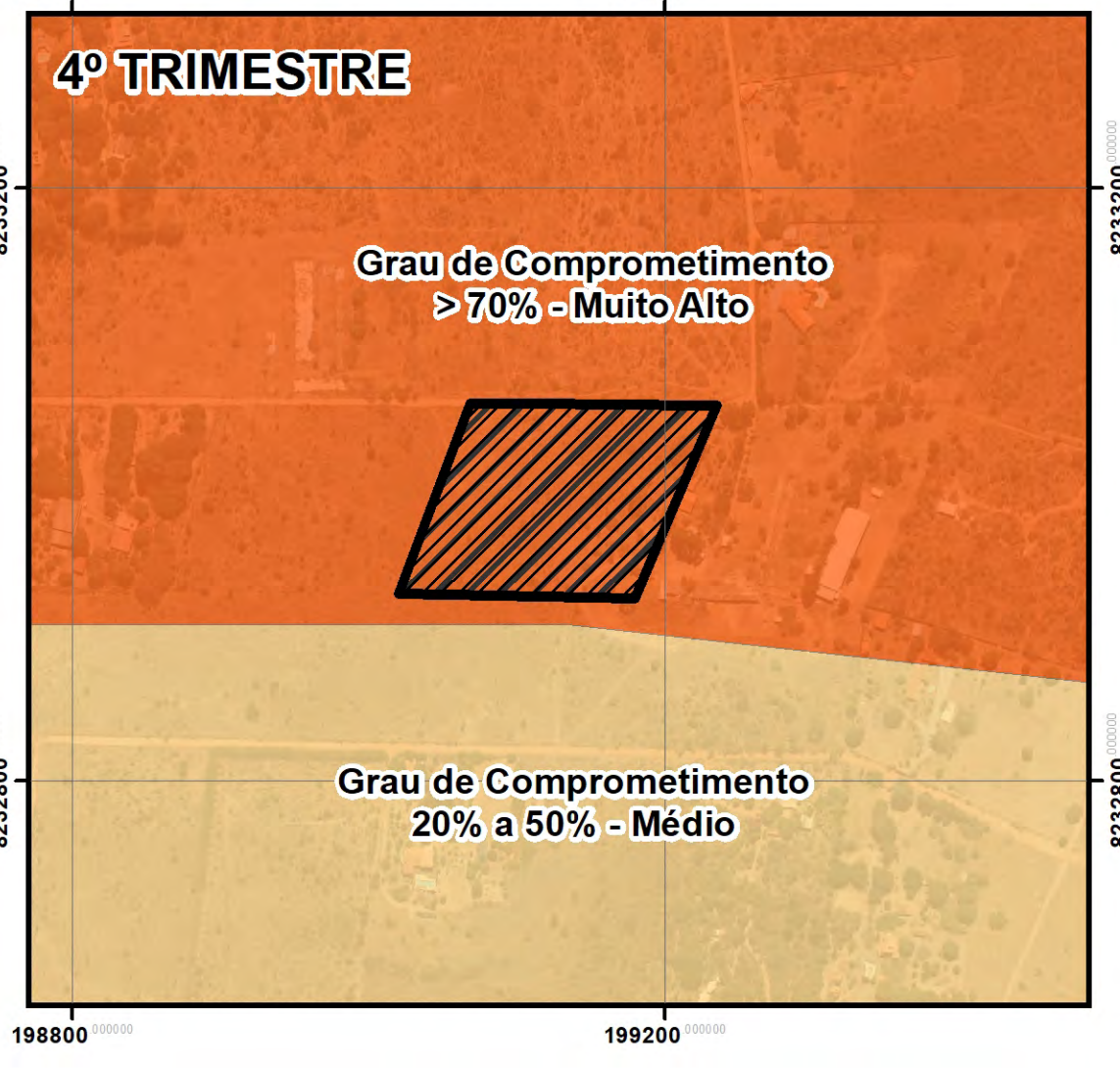
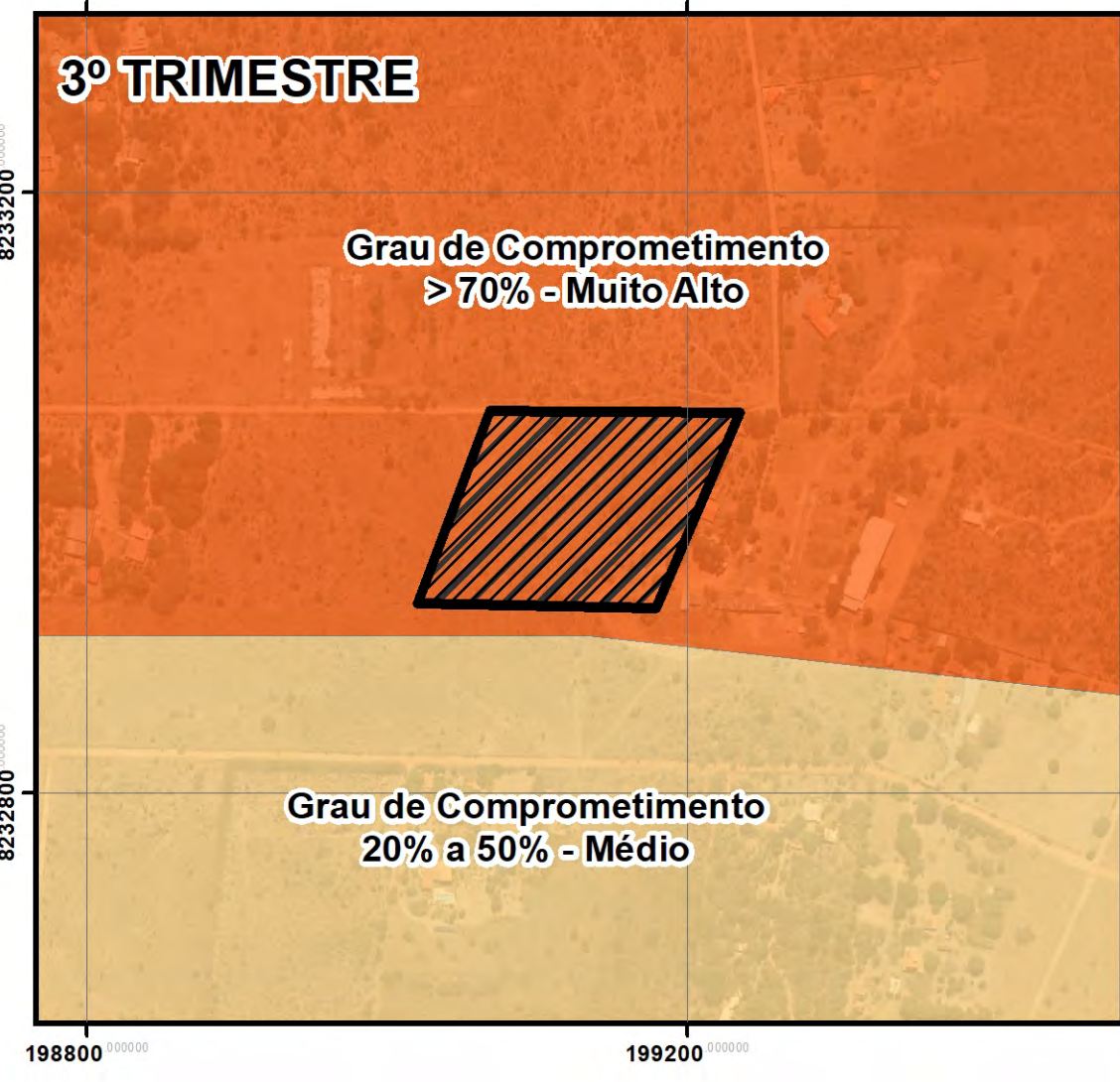
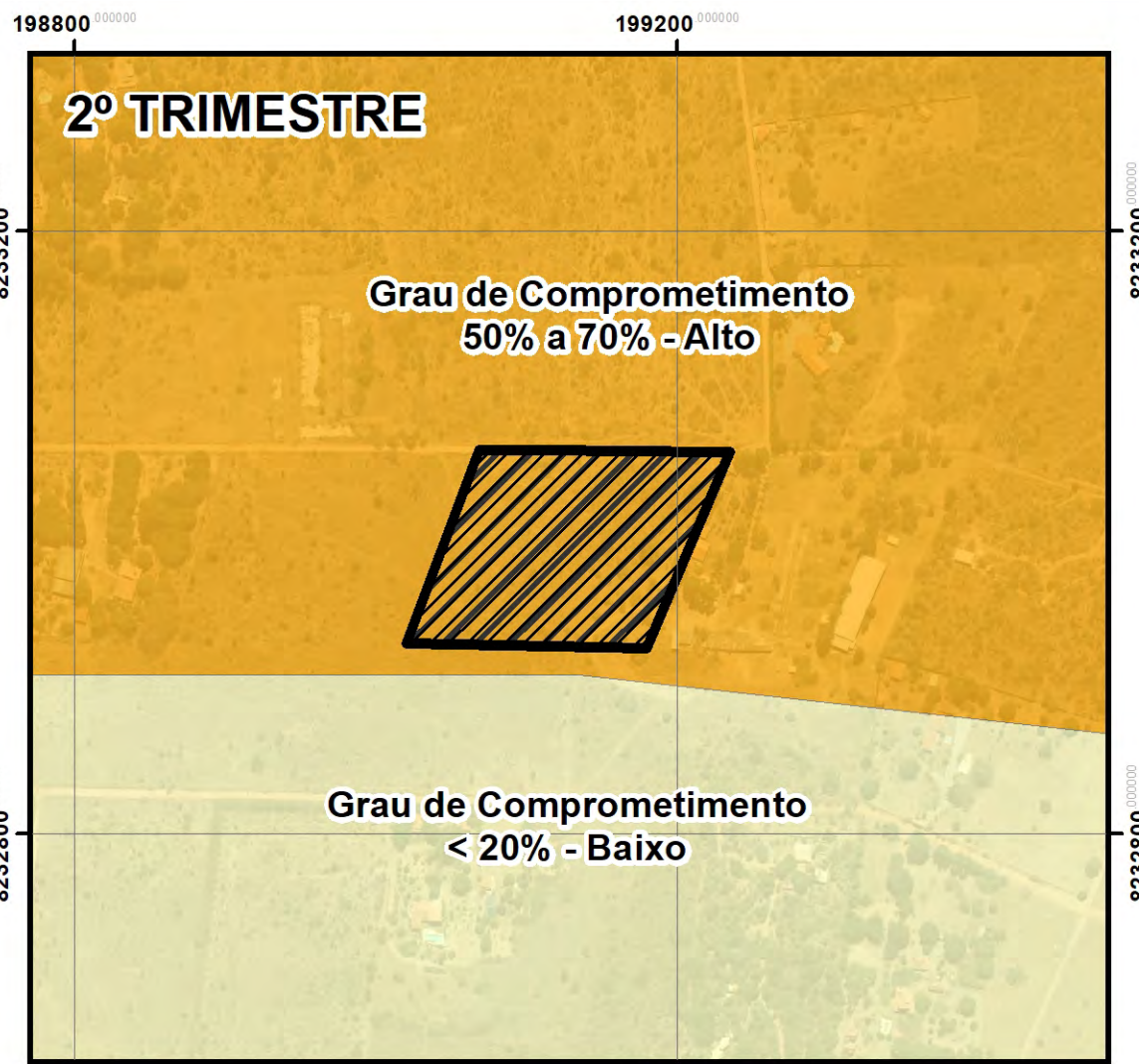
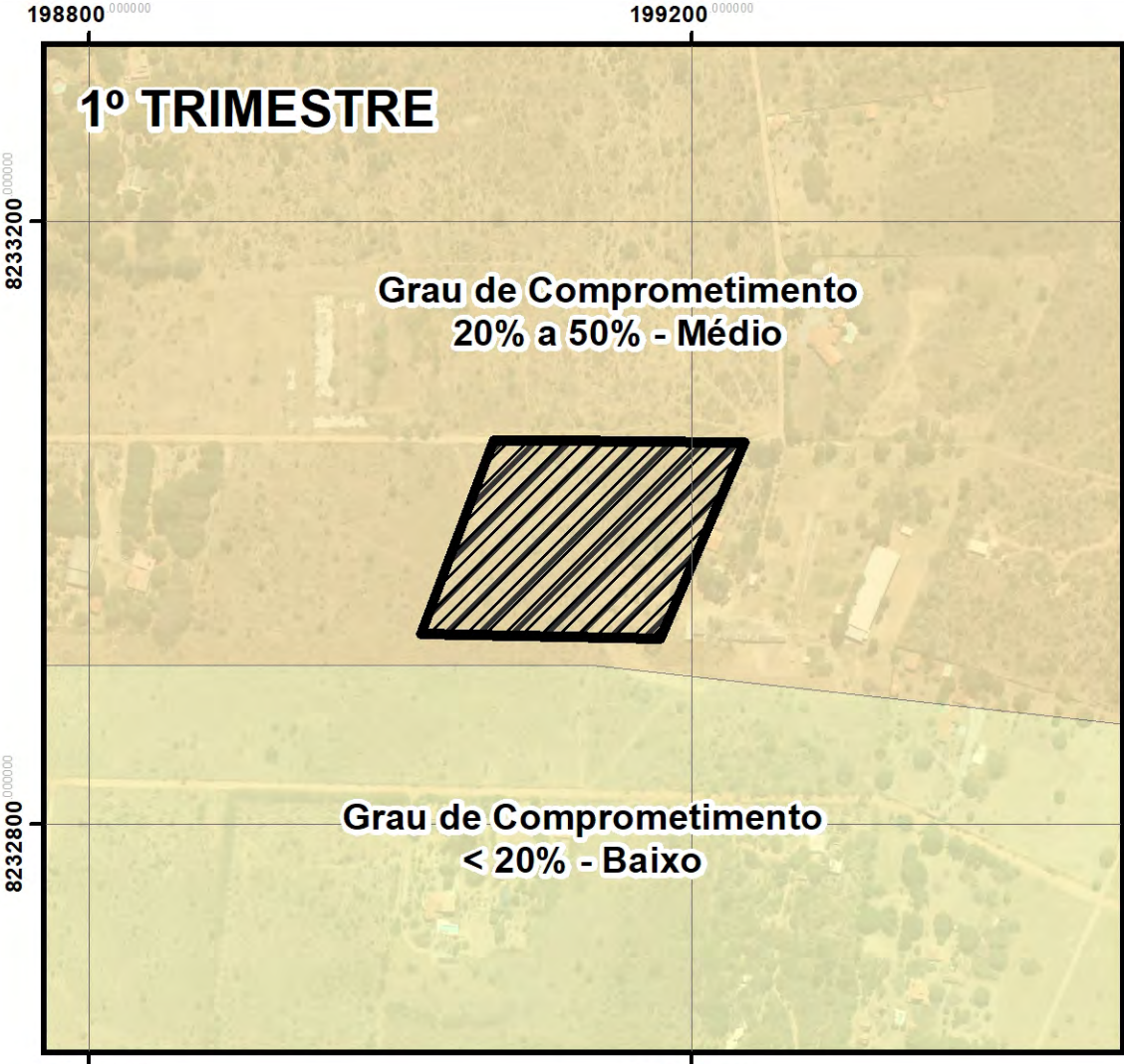
197500 000000

199000 000000

200500 000000

202000 000000

203500 000000



Escala numérica:
1:5,000

**MAPA DE GRAU DE
COMPROMETIMENTO DA
VAZÃO OUTORGÁVEL PARA
RETIRADA DE ÁGUA NOS RIOS
1º - 4º TRIMESTRE (2009-2017)**

Legenda:

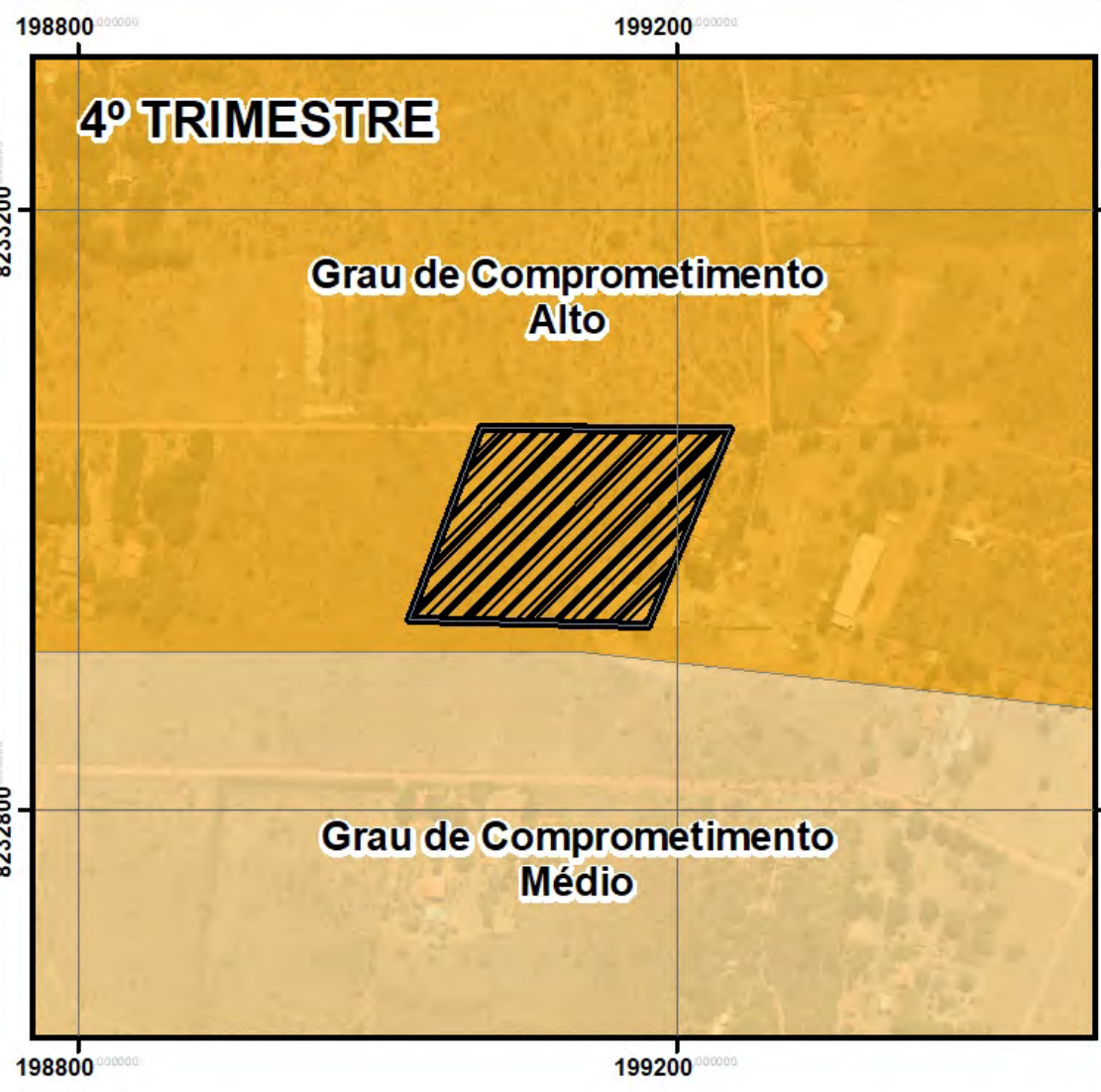
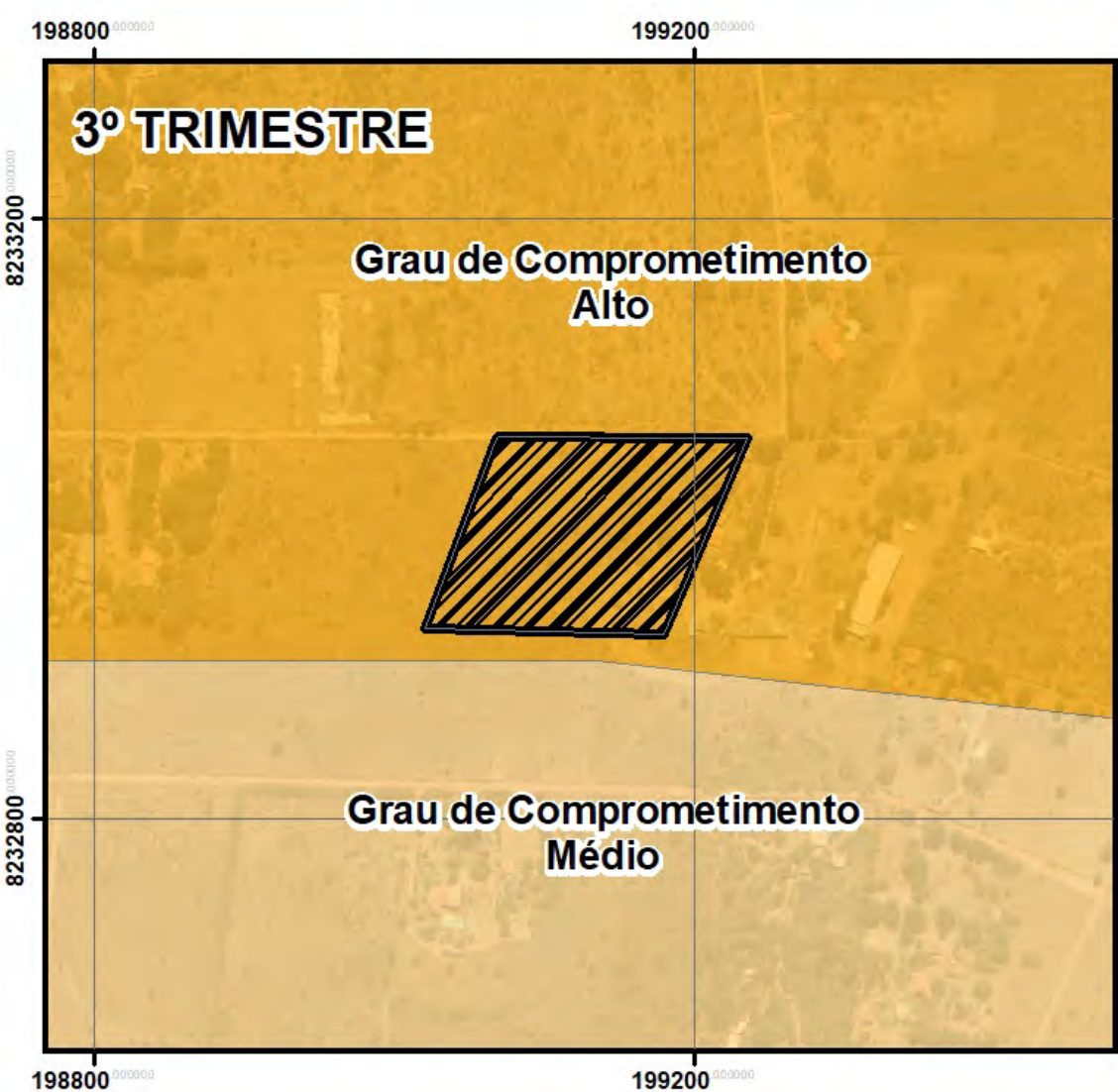
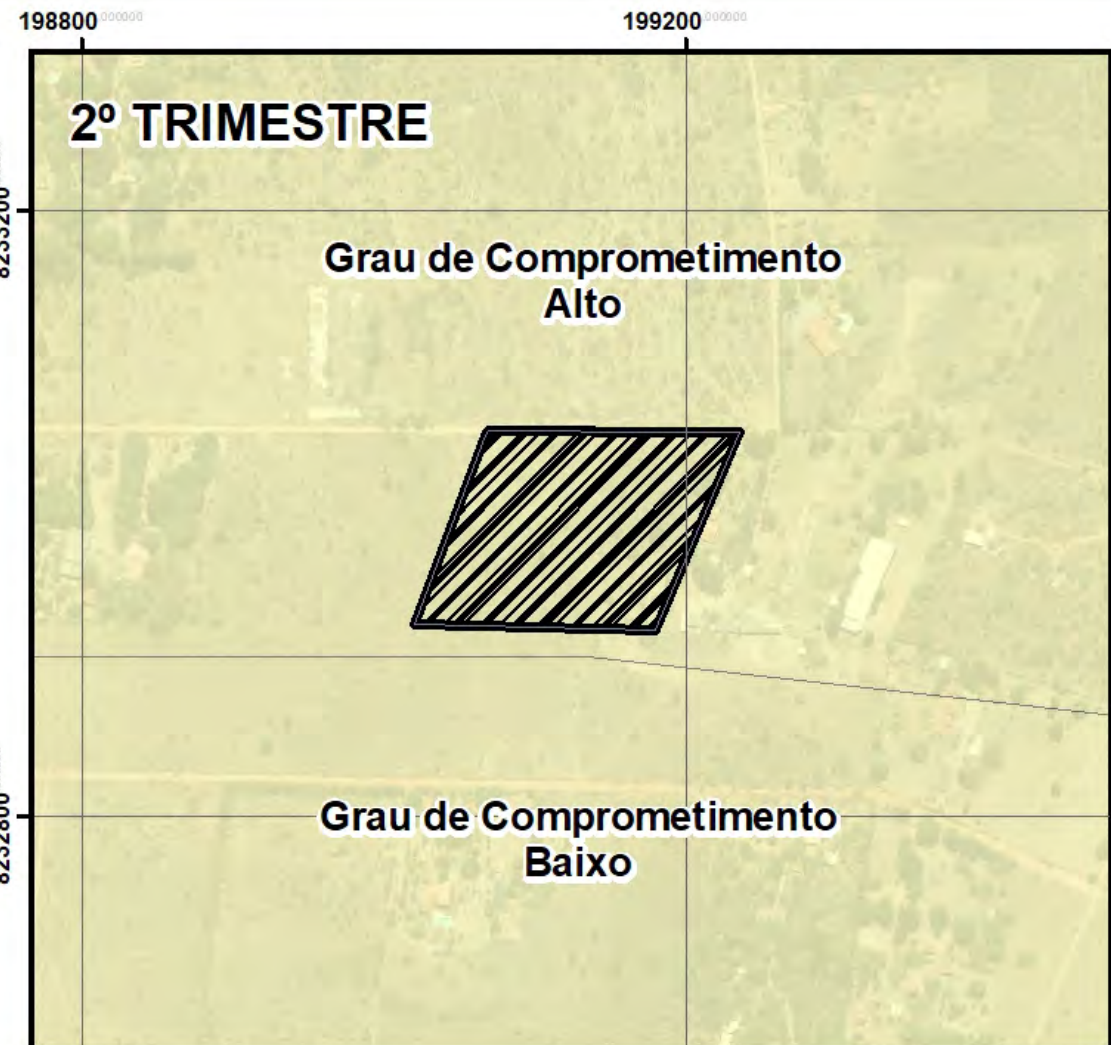
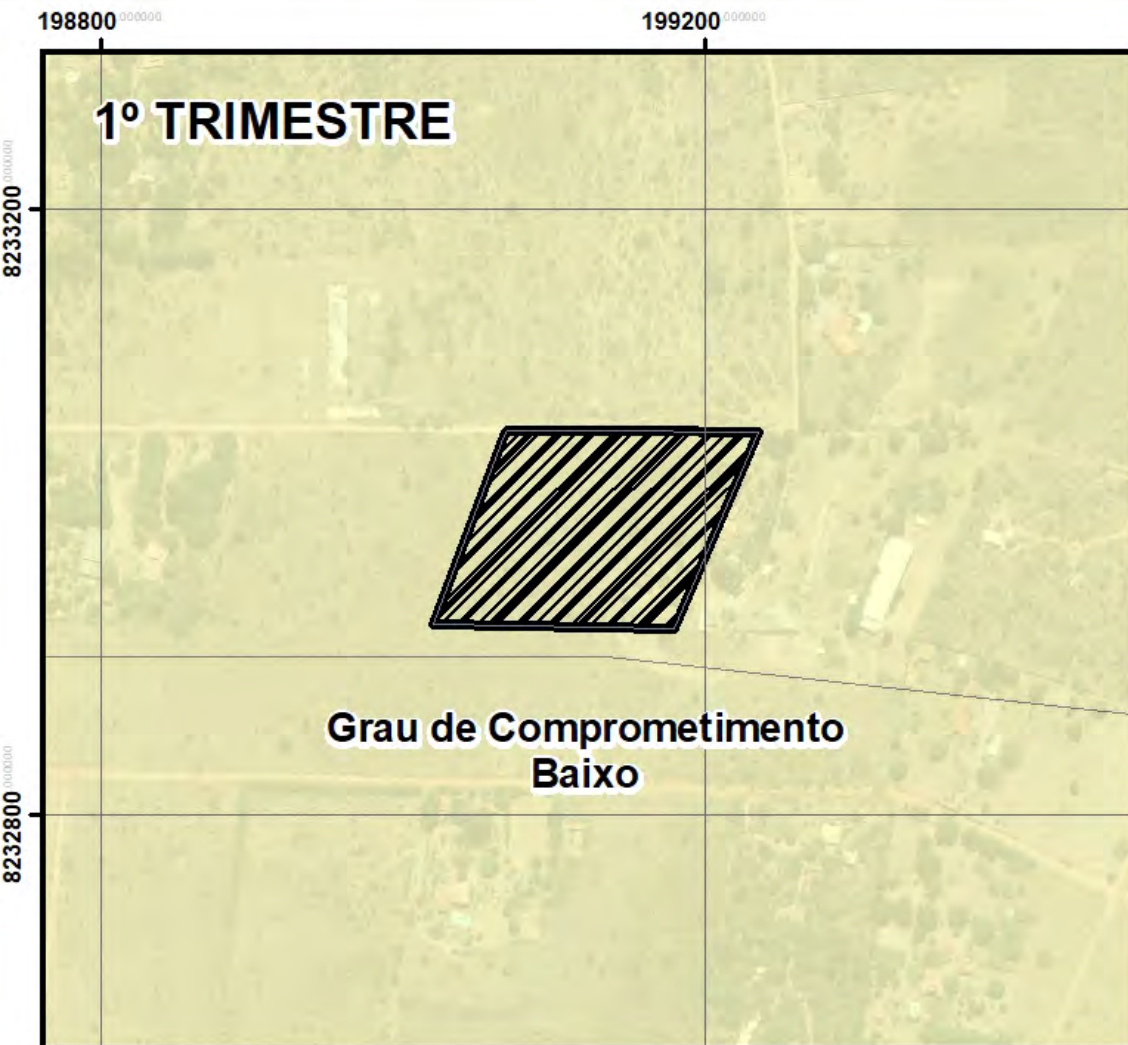
- Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
- Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

Grau de Comprometimento

- < 20% - Baixo
- 20% a 50% - Médio
- 50% a 70% - Alto
- > 70% - Muito alto

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

Mapa: 31/10/2022



Escala numérica:
1:5,000

MAPA DE GRAU DE COMPROMETIMENTO DA VAZÃO MÍNIMA REMANESCENTE, MEDIDA NOS PONTOS DE CONTROLE
1º - 4º TRIMESTRE (2009-2016)

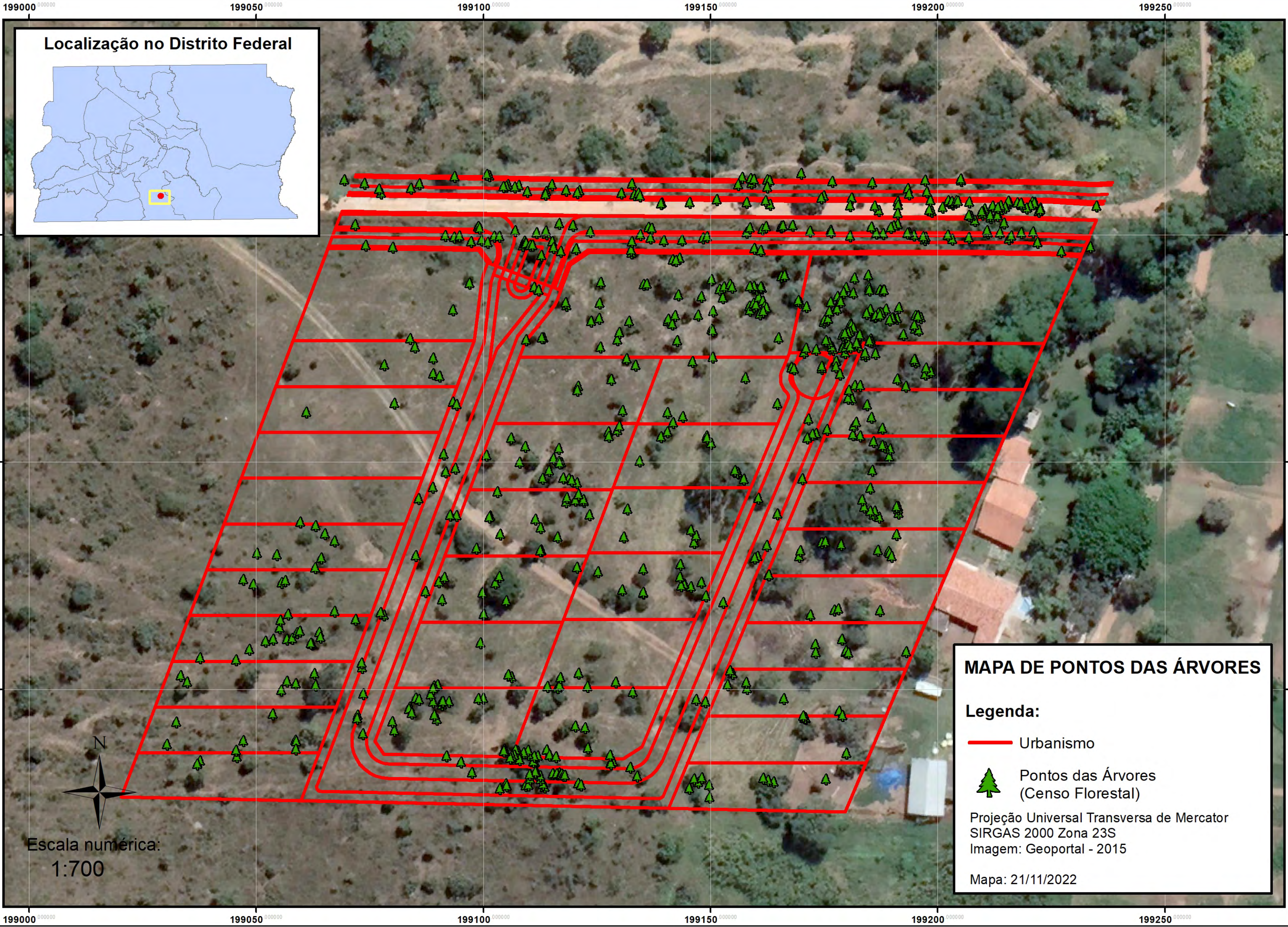
Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID) Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA) Área Parcelável (2,11 ha)

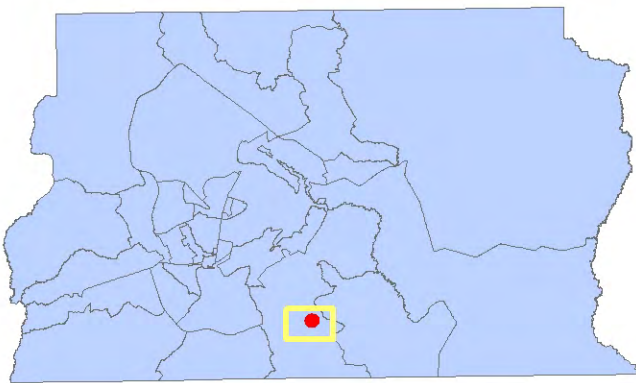
- Grau de Comprometimento**
-  Baixo ($Q_{obs}^{**} > 70\% Q_{ref}^{*}$)
 -  Médio ($45\% Q_{ref} < Q_{obs} < 70\% Q_{ref}$)
 -  Alto ($20\% Q_{ref} < Q_{obs} < 45\% Q_{ref}$)
 -  Comprometido ($Q_{obs} < 20\% Q_{ref}$)
 -  Sem informação

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

Mapa: 31/10/2022



Localização no Distrito Federal



MAPA DE PONTOS DAS ÁRVORES

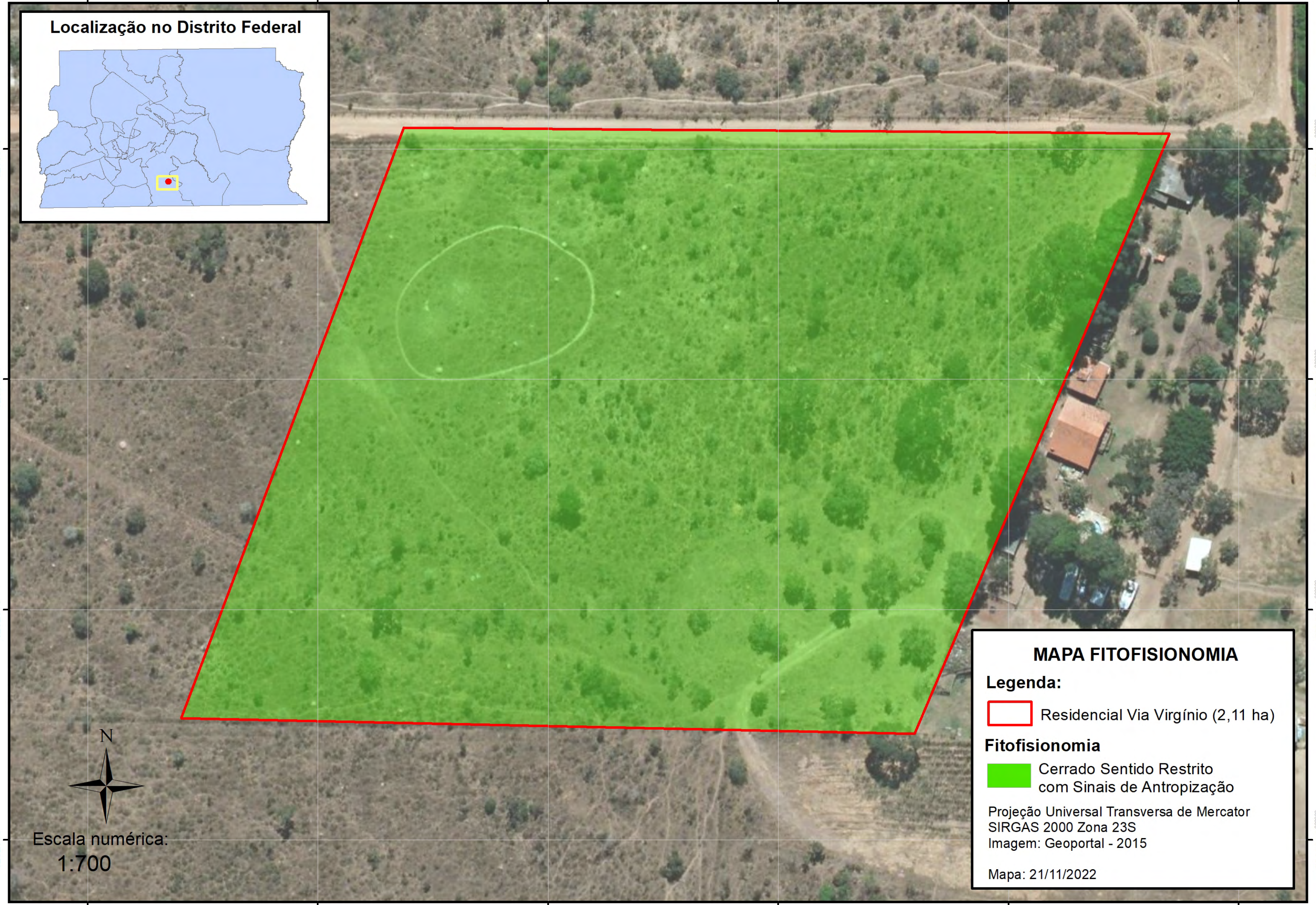
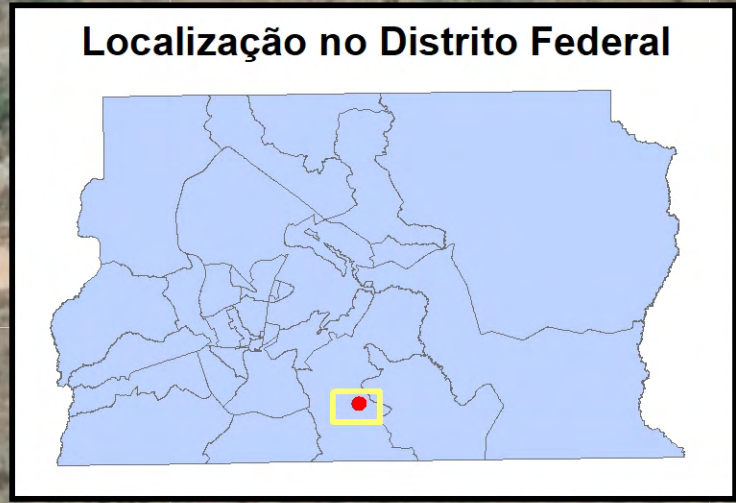
Legenda:

- Urbanismo
- Pontos das Árvores (Censo Florestal)

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Geoportal - 2015

Mapa: 21/11/2022

Escala numérica:
1:700



MAPA FITOFISIONOMIA

Legenda:

 Residencial Via Virgínio (2,11 ha)

Fitofisionomia

 Cerrado Sentido Restrito com Sinais de Antropização

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Geoportal - 2015

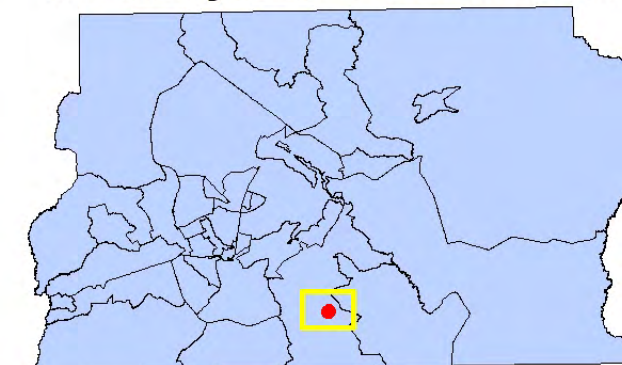
Mapa: 21/11/2022

N
Escala numérica:
1:700



Escala numérica:
1:3.000

Localização no Distrito Federal



MAPA DE OCUPAÇÃO DO LOTE ANO: 1986

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)

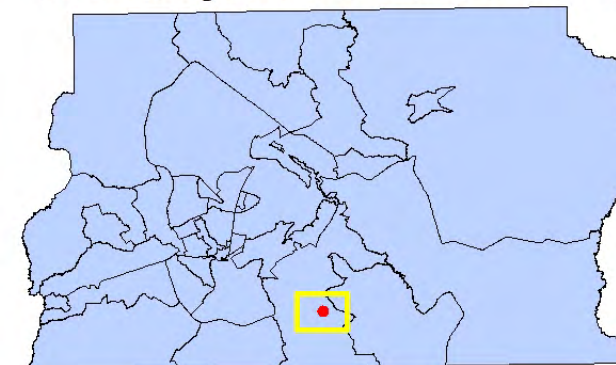
Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Geoportal - 1986

Mapa: 29/05/2024



Escala numérica:
1:3.000

Localização no Distrito Federal



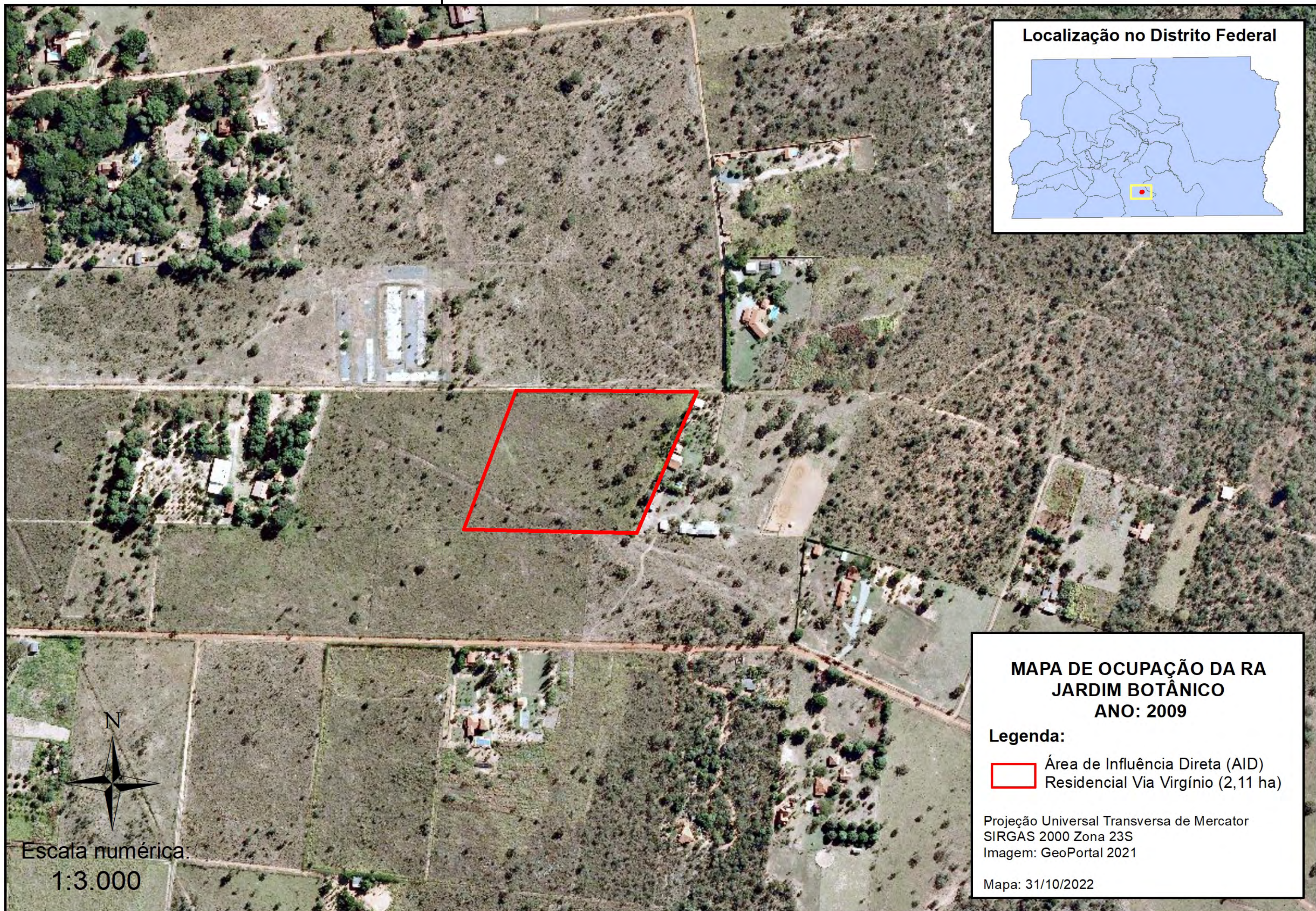
MAPA DE OCUPAÇÃO DO LOTE ANO: 1991

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Geoportal - 1991

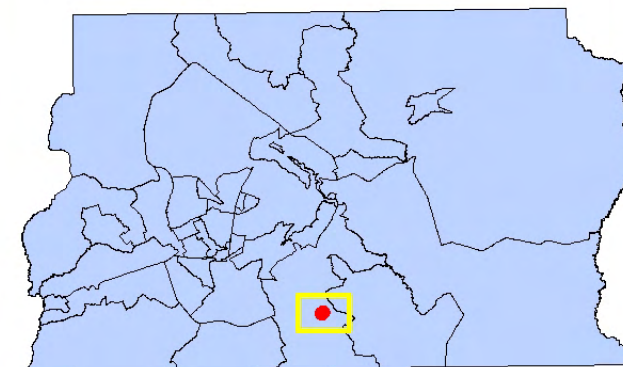
Mapa: 29/05/2024





Escala numérica:
1:3.000

Localização no Distrito Federal



MAPA DE OCUPAÇÃO DO LOTE ANO: 2023

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Google Earth - 2023

Mapa: 29/05/2024

199000 000000

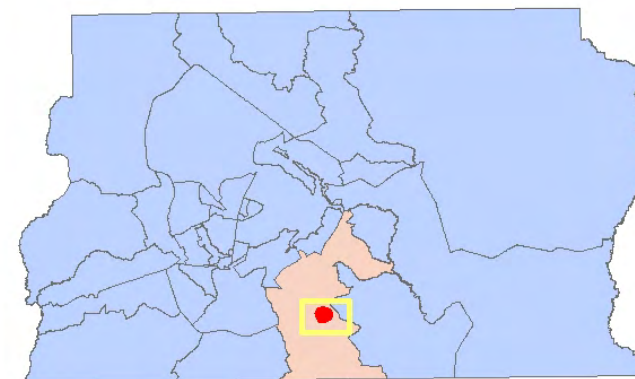
199300 000000

199600 000000



Escala Numérica:
1 : 3.000

Localização no Distrito Federal



PONTO	X	Y
1	199068.84428	8233054.01462
2	199234.498816	8233052.96451
3	199179.368146	8232923.5387
4	199020.80184	8232926.68902

MAPA DOS VÉRTICES DA POLIGONAL

Legenda:

-  Área de Influência Direta (AID)
Residencial Via Virgínio (2,11 ha)
-  Área Diretamente Afetada (ADA)
Área Parcelável (2,11 ha)

Região Administrativa:

-  Jardim Botânico

Projeção Universal Transversa de Mercator
SIRGAS 2000 Zona 23S
Imagem: Levantamento Aéreo - 2022

Mapa: 28/10/2022

199000 000000

199300 000000

199600 000000

11.8 PLANILHA GRAU DE IMPACTO



Declaração para entrega de arquivos shapefile, geoespaciais e/ou arquivos não compatíveis SEI

Declaro entrega de arquivos vinculados ao Processo SEI nº 00391-00017037/2021-17

Interessado: RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO

Responsável pela entrega: ENG THALES THIAGO

Contato do responsável pela entrega: telefone e e-mail 61 984928095 -

thalesthagoengenharia@gmail.com

Informações dos arquivos:

- Justificativa da entrega: Solicitação ADIS
- Lista dos arquivos com formato: kml e shape
- Descrição: Poligonal gleba

Declaro para os devidos fins que:

1. Todos os arquivos entregues estão listados no presente documento e foram devidamente verificados e validados para acesso.

TT ENGENHARIA
ARQUITETURA E
CONSULTORIA
AMBIENTAL:35425146000163

Assinado de forma digital por TT ENGENHARIA
ARQUITETURA E CONSULTORIA
AMBIENTAL:35425146000163
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=DF, l=Brasília, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1,
ou=16894782000190, ou=videoconferencia, cn=TT
ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA
AMBIENTAL:35425146000163
Dados: 2022.07.12 18:04:28 -03'00'

Assinatura



**Declaração para entrega de arquivos shapefile, geoespaciais e/ou
arquivos não compatíveis SEI**

Declaro entrega de arquivos vinculados ao Processo SEI nº 00391-00017037/2021-17

Interessado: RESIDENCIAL VIA VIRGÍNIO

Responsável pela entrega: ENG THALES THIAGO

Contato do responsável pela entrega: telefone e e-mail 61 984928095 -

thalesthagoengenharia@gmail.com

Informações dos arquivos:

- Justificativa da entrega: Solicitação da DILAM II
- Lista dos arquivos com formato: EXCEL
- Descrição: Planilha Grau de Impacto

Declaro para os devidos fins que:

1. Todos os arquivos entregues estão listados no presente documento e foram devidamente verificados e validados para acesso.

TT ENGENHARIA
ARQUITETURA E
CONSULTORIA
AMBIENTAL:35425146000163

Assinado de forma digital por TT ENGENHARIA
ARQUITETURA E CONSULTORIA
AMBIENTAL:35425146000163
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, st=DF, l=Brasília, ou=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CNPJ A1,
ou=16894782000190, ou=videoconferencia, cn=TT
ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA
AMBIENTAL:35425146000163
Dados: 2022.07.12 18:04:28 -03'00'

Assinatura

11.9 TERMO DE REGULARIZAÇÃO E GARANTIA DO CONTEÚDO

Termo de responsabilização para garantia de conteúdo

Eu Thales Thiago Sousa Silva, CPF: 040.154.311-03, na qualidade de responsável do processo nº 00391-00017037/2021-17, que requer Licença Prévia para o empreendimento de Parcelamento de Solo de interesse de TT ENGENHARIA ARQUITETURA E CONSULTORIA AMBIENTAL CNPJ Nº 35.425.146/0001-63, utilizo deste, sob a luz da Resolução CONAMA nº237/1997 e Lei Orgânica do Distrito Federal, para garantir, conforme lista abaixo, que os conteúdos apresentados cumprem o Termo de Referência disponibilizado pelo Instituto Brasília Ambiental.

Nº	Item do TR	Nº doc. SEI	Páginas
2.1.	IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO		2
2.1.1.	Razão social e CNPJ da empresa;		2
2.1.2.	E-mail, telefone e endereço do interessado para correspondência e contato;		2
2.1.3.	Nome, telefone, endereço, e-mail e razão social da empresa responsável pela elaboração do Estudo Ambiental;		2
2.1.4.	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de, no mínimo, dois profissionais e uma da empresa responsável pelo contrato, na elaboração do estudo, que deverão estar cadastrados neste Instituto.		2 e item 11.1 - anexo
2.2.	CARACTERIZAÇÃO GERAL DO EMPREENDIMENTO		08 a 45
2.2.1.	Nome do empreendimento e atividades previstas;		08 a 45
2.2.2.	Número do processo de licenciamento ambiental junto ao Brasília Ambiental, bem como identificação de outros processos relacionados ao empreendimento;		8
2.2.3.	Localização geográfica, em mapa, conforme Projeto Urbanístico, com as coordenadas dos vértices da poligonal da respectiva área, incluindo as vias de acesso, a bacia, sub bacia e a unidade hidrográfica, na qual se inclui;		11,12, 24 e 51
2.2.4.	Titularidade e uso da área: Informar a situação fundiária do imóvel, escritura e registro em cartório da área requerida, bem como eventuais áreas em litígio;		13
2.2.5.	Área total do terreno, área a ser edificada, área de ocupação e permeabilidade (térreo), usos propostos, incluindo taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento em conformidade com a legislação local vigente;		11 a 21
2.2.6.	Projeção de população fixa e flutuante a ser considerada nos projetos de abastecimento de água e de geração, coleta e tratamento de efluentes domésticos, e de energia;		14 e 15
2.2.7.	Histórico do uso e/ou ocupação da área a ser parcelada, com uso de imagens de satélite e descrição da ocupação ao longo dos anos;		49
2.2.8.	Compatibilidade do projeto com o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT/DF), LUOS, Zoneamento Ambiental da região, ZEE, Leis de Criação de Unidades de Conservação que sofrerão influência do empreendimento, unidade hidrográfica, Áreas de Proteção de Mananciais, Corredor Ecológico e outras legislações pertinentes;		18 a 35
2.2.9.	Análise da legislação existente relativa ao assunto, em particular referente ao uso e ocupação do solo, às unidades de conservação e à proteção dos recursos ambientais;		18 a 35
2.2.10.	Quantidades e tipologias dos lotes, áreas: públicas, institucionais, verdes, outras áreas propostas e suas delimitações (m², percentuais em relação à área total do terreno);		18 a 35
2.2.11.	Sistema viário proposto.		18 a 35
3.	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL DA ÁREA DE INFLUÊNCIA		

Thales Thiago

3.1.	MEIO FÍSICO		45 a 66
3.1.1.	Definição das Áreas Diretamente Afetadas (ADA), de Influência Direta (AID) e Indireta (AI) diferenciando, sempre que necessário, entre os meios físico, biótico e social. Considerando em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;		45
3.1.2.	Caracterização geológica, geotécnica e pedológica, especialmente, quanto à susceptibilidade à erosão e a processos de escorregamento/desmoronamento nos taludes das escavações obrigatórias e de recalque dos materiais <i>in situ</i> ;		45 a 66
3.1.3.	Perfil dos Solos;		53
3.1.4.	Caracterização geomorfológica destacando a hidrografia, as principais feições de relevo e declividades;		51
3.1.5.	Caracterização hidrogeológica, focalizando a interferência do projeto com os aquíferos porosos, fraturados e áreas úmidas;		52
3.1.6.	Sondagens e ensaios que identifiquem as taxas de permeabilidade ou condutividade hidráulica em diferentes profundidades do solo, além da determinação da profundidade do nível freático. Sugere-se o método dos anéis concêntrico e <i>open end hole</i> (4 profundidades). Ressalta-se que deverão ser apresentados, no mínimo, 2 (dois) laudos de sondagem (e suas respectivas ARTs) da ADA, de modo que pelo uma das sondagens ocorra em período chuvoso;		54 e item 11.2 anexo 11
3.1.7.	Identificação e caracterização das áreas de preservação permanente e áreas úmidas;		61
3.1.8.	Identificação e caracterização das áreas degradadas existentes;		63
3.1.9.	Caracterização qualitativa do corpo hídrico receptor de águas pluviais e esgotamento sanitário, compreendendo: avaliação dos parâmetros físico-químico e bacteriológico; avaliação de compostos organoclorados, fosforados e nitratos, descrição da metodologia utilizada, mapas com a indicação dos pontos de coleta, pontos de lançamento e suas respectivas coordenadas geográficas. Deverão constar os laudos dos resultados das análises, por laboratório devidamente certificado pelo INMETRO. Caracterizar, ainda, quantitativamente os córregos que drenam as áreas dos empreendimentos e que poderão ser utilizados como corpos receptores dos sistemas de drenagem e esgotamento sanitário. Deverão ser pesquisados, no mínimo, a vazão máxima de projeto, as vazões de referência Q90, Q7,10 e QMLT obtidas a partir de série histórica, sempre que possível, quando da indisponibilidade de dados fluviométricos utilizar método de regionalização de vazões. Sempre que existentes, utilizar os dados produzidos pelo monitoramento da ADASA, em texto e mapa.		não cabe
3.2.	MEIO BIÓTICO		67 a 83
	Definição das Áreas Diretamente Afetada (ADA), de Influência Direta (AID) e Indireta (AI), considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;		45
3.2.1.	Flora Realizar a caracterização geral da paisagem e da fitofisionomia local, abordando o histórico de ocupação e estado de conservação atual, utilizando-se de mapas e dados primários e secundários, ressaltando as Áreas de Preservação Permanente – APP, quando houver, bem como as áreas passíveis de supressão.		67
	Para fins de Licença de Instalação (LI), Autorização de Supressão Vegetal (ASV) e Compensação Florestal (TCCF), deverá ser apresentado o Inventário Florestal, acompanhado do Plano de Supressão da Vegetação e proposta de Compensação Florestal, conforme Decreto nº 39.469/2018, utilizando-se da metodologia de censo e/ou amostragem, contemplando os resultados quanto à composição e estrutura florística da área, análise fitossociológica, relação das espécies de interesse conservacionista e/ou ameaçadas de extinção, estimativa dos principais parâmetros dendrométricos e do volume de material lenhoso a ser produzido, conforme Termo de Referência (TR) disponibilizado no sítio do Instituto.		Fase LI
3.2.2.	Fauna Orientamos o uso da Instrução Normativa n.º 12, de 09 de junho de 2022, que		82 - pedido de dispensa

Thales Thiago

	estabelece os procedimentos para os estudos de fauna no âmbito do Licenciamento Ambiental e da Autorização para Supressão de Vegetação.		
3.3.	MEIO SOCIOECONÔMICO		84 a 108
3.3.1.	Definição das Áreas de Influência Direta e Indireta, considerando, no mínimo, a Região Administrativa na qual o empreendimento será implantado;		84
3.3.2.	Caracterização geral da região do ponto de vista das condições sociais e econômicas da população;		84 a 108
3.3.3.	Principais atividades econômicas;		84 a 108
3.3.4.	Apresentar os equipamentos públicos urbanos e comunitários da área de influência ao parcelamento (educação, cultura, saúde, lazer e similares);		84 a 108
3.3.5.	Capacidade do transporte público de absorver o aumento da demanda;		84 a 108
3.3.6.	Informar, caso haja, a existência de sítios arqueológicos, culturais e históricos na área afetada pelo empreendimento (IPHAN).		84 a 108
4.	URBANISMO		09 a 17- item 11.6 anexos
4.1.	Deverá ser apresentada a proposta de projeto de loteamento em conformidade com as diretrizes para o uso e ocupação do solo, definidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, referenciando os índices urbanísticos definidos pela legislação, as áreas a serem impermeabilizadas, as áreas verdes, a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento;		idem ao anterior
4.2.	Anuência da autoridade de trânsito responsável (DER / DETRAN / DNIT) com relação ao sistema viário existente e capacidade de absorção da demanda gerada pelo empreendimento;		idem ao anterior
5.	INFRAESTRUTURA		95
	Deverão ser apresentadas as alternativas técnicas propostas para o sistema de abastecimento de água; de drenagem das águas pluviais; de esgotamento sanitário; de energia elétrica; e de coleta dos resíduos sólidos produzidos compatíveis com as manifestações exaradas pelos órgãos e concessionárias de serviços públicos relacionadas à capacidade de atendimento e às interferências com as redes existentes.		95 a 100
5.1.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA		
5.1.1.	Apresentar estudos de concepção do sistema de abastecimento de água, mapeamento e capacidade de atendimento do abastecimento de água;		item 11.3 anexo 11
5.1.2.	Apresentar solução técnica e ambientalmente correta para o suprimento de água potável, tendo em vista a demanda gerada pela população fixa e flutuante, devendo ser observadas as diretrizes locais e as informações prestadas pela CAESB quanto à capacidade de atendimento;		idem
5.1.3.	Na hipótese de manifestação da CAESB que informe a inviabilidade técnica ou a indisponibilidade hídrica dos atuais sistemas produtores de água em atender o empreendimento, apresentar:		idem
5.1.3.2.	Outorga prévia de captação superficial;		item 11.4 - anexos
5.1.3.3.	Caracterização e dimensionamento do sistema de captação subterrânea por poços, tratamento, armazenamento e distribuição, identificando interferências ou interligação com sistemas já existentes ou projetados;		item 11.4 anexo 11
5.1.3.4.	Outorga prévia de captação subterrânea;		item 11.4 - anexo 11
5.1.3.5.	Anuência da concessionária/empresa de serviço público (CAESB) quanto à proposta de abastecimento.		item 11.3 anexo 11 -
5.2.	ESGOTAMENTO SANITÁRIO		

5.2.1.	Apresentar estudos de concepção do sistema de esgotamento sanitário;		item 11.3 anexo 11
5.2.2.	Descrição do sistema de coleta, transporte, tratamento e lançamento dos efluentes, assim como suas alternativas; compatibilidade com os sistemas de esgotamento sanitário existentes e planejados; estimativas de vazões; área disponível para tratamento; alternativas de concepção, de localização (ou traçado), tecnológicas e construtivas; justificativas quanto à alternativa escolhida e os parâmetros adotados, sob os aspectos técnicos e ambientais;		item 11.3 anexo 11
5.2.3.	Anuência da concessionária/empresa de serviço público (CAESB) quanto à proposta de esgotamento sanitário.		Não cabe - fossa/sumidouro
5.2.4	Caso a solução a ser adotada preveja o lançamento do efluente tratado em curso d'água, apresentar Outorga prévia de lançamento de efluente tratado em corpo hídrico.		Não cabe
5.2.5	Caso a solução a ser adotada preveja o lançamento do efluente tratado em curso d'água, apresentar estudo de autodepuração do corpo hídrico receptor, considerando a vazão crítica (mês mais seco do ano) e os demais lançamentos, caso houver. O estudo deve demonstrar a capacidade do curso d'água receber o efluente tratado sem que haja alteração do seu enquadramento após a zona de mistura do efluente.		Não cabe
5.3.	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS		
5.3.1.	Mapeamento e capacidade de atendimento das redes de águas pluviais existentes que possam atender ao empreendimento, atestadas pelo responsável por sua manutenção;		anexo 11 - item 11.3
5.3.2.	Apresentar estudo para o sistema de drenagem pluvial do empreendimento, identificando e/ou dimensionando, com descrição da metodologia adotada: os parâmetros hidrológicos e hidráulicos do projeto; as prováveis sub-bacias de contribuição de drenagem, a vazão final no(s) lançamento(s), os dispositivos destinados à dissipação de energia, amortecimento de cheias e interligação com a rede existente. Deverão também ser avaliadas as consequências (qualidade e quantidade) para as áreas de jusante e do entorno, decorrentes da concentração de vazões promovida pelo sistema de drenagem, e pela impermeabilização do solo;		anexo 11 - item 11.3
5.3.3.	Descrever os componentes do sistema, a vazão estimada para a área de contribuição do empreendimento e as características gerais do corpo ou rede receptor(a);		anexo 11 - item 11.3
5.3.4.	Apresentar alternativas para infiltração em pontos múltiplos e nos lotes individuais com soluções que incluam caixas, trincheiras e calhas de recarga ou justificar a inviabilidade;		Não cabe - bacia de infiltração - item 11.3
5.3.5.	Identificar interferências com sistemas já existentes e/ou projetados (ex.: redes de infraestrutura, vias/estradas, etc.);		anexo 11 - item 11.3
5.3.6.	O estudo e projeto apresentados deverão estar de acordo com as diretrizes preconizadas pelo Novo Manual de Drenagem da ADASA;		anexo 11 - item 11.3
5.3.7.	Apresentar anuência da concessionária/empresa de serviço público (NOVACAP) sobre o estudo e projetos;		anexo 11 - item 11.3-
5.3.8.	Outorga prévia de lançamento de águas pluviais em corpo hídrico (ADASA).		não cabe
5.4.	RESÍDUOS SÓLIDOS		
5.4.1.	O estudo deverá conter uma solução ambientalmente adequada para a disposição final dos resíduos sólidos gerados pelo empreendimento nas fases de implantação e operação, com especial atenção à fase de execução das obras, incluindo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e identificação de área de bota-fora (destinação) licenciada;		111 a 113 anexos
5.4.2.	Anuência da concessionária/empresa de serviço público (SLU) quanto ao atendimento ou solução para a destinação dos resíduos.		95 a 100 - anexos -11.5
5.5.	ENERGIA ELÉTRICA E OUTROS SERVIÇOS		95 e anexos

Thales Thiago

5.5.1.	Manifestação da empresa concessionária de energia elétrica e de telefonia sobre a capacidade de atendimento à demanda a ser gerada pela implantação do empreendimento;		item 11.5 - anexo 11
5.5.2.	Identificar interferências com sistemas já existentes ou projetados.		idem
6.	CARTOGRAFIA BÁSICA		item 11.7 - anexo 11
	A descrição do empreendimento deverá ser acompanhada, no mínimo da seguinte cartografia básica (mapas temáticos da área de estudo e plantas) em escala adequada ao tamanho do empreendimento e projetados no Sistema Cartográfico do DF (SICAD):		item 11.7 - anexo 11
6.1.	Mapa delimitando o empreendimento e a proposta de urbanismo, indicando o posicionamento frente à divisão político-administrativa do DF;		item 11.7 - anexo 11 e ao longo do RIVI
6.2.	Mapa de Zoneamento em relação ao PDOT/2009 e sua atualização;		item 11.7- anexo 11 e ao longo do RIVI
6.3.	Mapas de localização do empreendimento em relação às unidades de conservação e demais áreas legalmente protegidas do DF, bem como os Zoneamentos das Áreas de Proteção Ambiental (dois mapas, sendo um com raio de 2km e outro para fins de compensação ambiental com os raios de 3km, 5km e 10km);		idem
6.4.	Mapas das Áreas Diretamente Afetadas (ADA) e de Influências Direta (AID) e Indireta (AI), dos meios físico, biótico e socioeconômico;		idem
6.5.	Mapa de localização em relação à Unidade, Região e Bacia Hidrográficas e rede hidrográfica detalhada;		idem
6.6.	Mapa pedológico;		idem
6.7.	Mapa geológico;		idem
6.8.	Mapa hidrogeológico;		idem
6.9.	Mapa geomorfológico;		idem
6.10.	Mapa de declividades da gleba, identificando os intervalos das classes definidas pela EMBRAPA superposto ao estudo urbanístico e curvas de nível, nos termos das faixas parceláveis e não parceláveis determinadas pela legislação, sendo imprescindível a identificação de áreas situadas em declividade igual ou superior a 30% (inciso III, Art. 3º Lei 6.766/1979); áreas de inclinação entre 25º e 45º, bem como encostas ou parte destas com declividade superior a 45º, equivalente a 100% (inciso V, Art. 4º e Art. 11, Lei 12.651/2012, respectivamente).		idem
6.11.	Mapa de vegetação (fitofisionomias);		idem
6.12.	Mapa de risco geológico-geotécnico, com caracterização dos solos quanto à susceptibilidade a erosão (o estudo deverá apresentar a metodologia utilizada na elaboração do mapa);		idem - metodologia página 59
6.13.	Mapa das Áreas de Preservação Permanente - APP;		item 11.7 anexo 11 e ao longo do RIVI
6.14.	Mapa das faixas de domínio da infraestrutura projetada (abastecimento de água, energia elétrica, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, telefonia e estradas);		FASE LI
6.15.	Mapas da interferência da área de estudo nos zoneamentos e subzoneamentos do ZEE DF (Mapas 4 a 9C, conforme o Art. 35 da Lei Distrital nº 6.269, de 29 de janeiro de 2019.		item 11.7- anexo 11 e ao longo do RIVI
Observação: Com intuito de facilitar a análise, bem como favorecer a visualização dos mapas, o estudo deve conter arquivo anexo com todos os mapas (um mapa por página) em alta qualidade (divididos em arquivos de até 20 MB).			
7.	PROGNÓSTICO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS		110 a 157
	Síntese conclusiva dos impactos ambientais mais significativos, positivos e negativos, previstos em cada fase do projeto nos meios físico, biótico e socioeconômico,		110 a 157

	incluindo o prognóstico da qualidade ambiental na área de influência, no caso de adoção do projeto, na alternativa selecionada, e na hipótese de sua não implementação, determinando e justificando os horizontes de tempo considerados; O prognóstico dos impactos ambientais deverá identificar e analisar os efeitos ambientais da implantação do empreendimento considerando os aspectos estudados, no sentido de orientar a adoção de medidas mitigadoras e compensatórias, nas fases de planejamento, execução de obras e ocupação, considerando o meio físico, biótico e socioeconômico; Deverão ser analisados quanto à previsão de magnitude e avaliação da importância os impactos positivos e negativos; diretos e indiretos; locais e regionais; imediatos e a médio e longo prazo; temporários; permanentes e cíclicos; reversíveis e irreversíveis, e suas propriedades cumulativas e sinérgicas.		110 a 157
8.	MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS		110 a 157
8.1.	Apresentação das medidas, equipamentos ou procedimentos, de natureza preventiva, corretiva ou compensatória que serão utilizadas para mitigação ou redução dos impactos negativos descritos no item anterior;		idem
8.2.	Para os impactos ambientais não mitigáveis avaliados no estudo ambiental, as informações presentes no diagnóstico deverão servir de subsídio para o preenchimento preliminar da Planilha de Compensação Ambiental, disponível no site do Brasília Ambiental, principalmente com as informações relacionadas ao Grau de Impacto (GI) do projeto. A planilha deve ser preenchida de forma coerente com os projetos propostos e os estudos ambientais, sempre acompanhada da devida ART nos moldes das Instruções nº 76/2010, 01/2013 e 75/2018.		idem
8.3.	Caso o empreendimento tenha realizado supressão vegetal sem autorização e/ou necessite realizar novas supressões, deverá ser apresentada a proposta Compensação Florestal (pretérita e futura), conforme Decreto nº 39.469/2018.		não cabe
Observação: A apresentação do Programa de Educação Ambiental (PEA) e do Diagnóstico Socioambiental Participativo (DSP) do empreendimento deverá ocorrer em fase posterior do licenciamento. Ou seja, caso ocorra a emissão da Licença Prévia em favor do interessado, haverá o condicionamento da apresentação do referido programa e diagnóstico.			
9.	PLANOS E PROGRAMAS DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO		157-158
Deverão ser apresentados os planos e programas de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos e das medidas mitigadoras identificados neste estudo ambiental e específicos deste empreendimento, indicando os padrões de qualidade a serem adotados como parâmetros, tais como:			
	Plano de Acompanhamento de Vigilância Sanitária Ambiental;		157-158
	Plano de Acompanhamento das Ações de Limpeza do Terreno, Remoção da Vegetação e Espécies da Fauna e Movimento de Terra;		157-158
	Programa de Controle Ambiental das Obras detalhado, contendo a descrição e localização em planta do canteiro de obras, infraestruturas e acessos provisórios;		fase LI
	Plano de Acompanhamento e Controle de Ruídos de Obras;		157-158
	Plano de Acompanhamento de Tráfego e Manutenção de Máquinas e Veículos;		157-158
	Plano de Acompanhamento de Armazenamento de Produtos Perigosos;		157-158
	Plano de Acompanhamento e Controle de Emissão de Particulados;		157-158
	Plano de Acompanhamento de Desativação do Canteiro de Obras;		157-158
	Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, incluindo o detalhamento das estruturas de contenção e monitoramento de sólidos na época chuvosa, com acompanhamento fotográfico periódico;		157-158
	Plano de Acompanhamento e Controle de Efluentes de Obras, incluindo, com relação aos recursos hídricos superficiais, efluente pluvial e sanitários;		157-158
	Plano de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento, incluindo, o Projeto de		157-158

Thales Thiago

	terraplenagem, contendo os detalhamentos dos locais de corte e aterro, indicação de bota-espera;		141
	Plano de Acompanhamento das obras de recuperação e recomposição paisagística das áreas impactadas com acompanhamento fotográfico periódico;		141
	Plano de Acompanhamento de Recursos Hídricos Subterrâneos, incluindo, qualidade e nível freático e dinâmico (LO);		141
	Programas específicos de Acompanhamento/Monitoramento de fauna e flora.		141
Observações: 1. Apresentar descrição detalhada de todos os planos e programas propostos no RIVI para a fase de análise de LI. 2. Na fase de LP o RIVI deve ser submetido à Diretoria de Vigilância Ambiental - DIVAL para expedição de autorização, e as exigências regulamentares (§§ 1º e 3º, Art. 7º, Lei 5.027/1966) devem ser consideradas na elaboração do Plano de Acompanhamento de Vigilância Sanitária Ambiental.			
10.	CONCLUSÃO		158-159
	Apresentar as considerações finais a respeito do estudo, destacando os impactos negativos e positivos, bem como os potenciais e as fragilidades ambientais.		idem
11.	LISTA DE DOCUMENTOS E BIBLIOGRAFIA		159 -165
	Apresentar relação de obras consultadas, com a referência bibliográfica seguindo as normas da ABNT. Quadros, tabelas e figuras deverão conter a fonte dos dados apresentados e os documentos anexos devem estar referenciados, ao final do estudo.		159 -165

Thales Thiago